

CADERNOS

DCP

Nº 8

Número Conjunto

Revista
do Departamento
de História
Nº 10



100 ANOS

DE REPUBLICA

Departamento de História
Departamento de Ciência Política
FAFICH/UFMG
Apoio CNPQ



**Revista do
Departamento de História**

Nº 10

Cadernos DCP - Nº 8

NÚMERO CONJUNTO

Departamento de História

e

Departamento de Ciência Política

FAFICH/UFMG

**Apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico - CNPq**

1990

O BARÃO DA RALÉ: A POLÍTICA DE PONTA-CABEÇA¹

Delsy Gonçalves de Paula

Depto. de Sociologia PUC/MG

Heloisa M. Murgel Starling

Depto. de História FAFICH/UFMG

RESUMO

Este artigo pretende discutir, enquanto uma possibilidade teórica, a ampliação do conceito de política para além de seu marco tradicional. Trata-se, no caso, de entender como políticas, determinadas manifestações, formas de ação e de organização que, por ocorrerem fora de um espaço político tradicional, são em geral consideradas como pré-políticas ou mesmo como não políticas. Para tanto, buscou-se a ampliação do conceito através de sua carnavalização, capaz de expressar o avesso dos métodos tradicionais da política: uma outra concepção de ação política, de poder e de cidadania.

ABSTRACT

This article proposes, as a theoretical possibility, a broadening of the traditional concept of politics. It considers as political certain manifestations and forms of actions and organization which, because they take place outside the traditional political arena, are usually considered pre-political or even non-political. This broadening of the concept is sought by way of its "carnivalization", capable of expressing the reverse of traditional political methods, and thus leading to an original conception of political action, of power and of citizenship.

"Eis,

*O malandro na praça outra vez
Caminhando na ponta dos pés
Como quem pisa nos corações
Que rolaram dos cabarés".
(Chico B. de Hollanda)*

INTRODUÇÃO

Se o final do século XIX e início do século XX representaram para o Brasil um período de rápidas e importantes transformações tanto institucionais quanto no seu estilo de vida, para o Rio de Janeiro, capital da república, significou talvez a vivência de um dos períodos mais convulsivos de sua história, seja do ponto de vista social, seja do

¹. Este texto faz parte de um ensaio mais amplo do qual também participaram Maria Angélica Bonome e Lígia Beatriz de Paula Germano. Algumas das idéias aqui desenvolvidas foram inicialmente esboçadas tendo como ponto de partida o livro: *Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi* de José Murilo de Carvalho, publicado pela Companhia das Letras em 1987. Foram igualmente importantes para produção deste texto os seminários promovidos pelo professor Michel Marie Le Ven no 2º semestre de 1988 na FAFICH-UFMG.

ponto de vista econômico, político e cultural. De um lado, as mudanças como o fim da escravidão, o início da imigração estrangeira em larga escala, o fim da monarquia, a Proclamação da República e as tentativas de construção de novas formas de autoridade, somaram-se com o fato de que por outro lado, o Rio de Janeiro concentrava as indústrias mais modernas e era capital federal e portanto, centro de decisões e caixa de ressonância das transformações ocorridas. Além disso e não menos importante era o fato de ser cidade-porto - o principal ponto de contato do país com o exterior.

No entanto, ao examinarmos algumas destas questões e visualizarmos melhor o Rio de Janeiro neste final/início de século, vamos certamente nos deparar com uma personagem curiosa - a figura do malandro. Hoje devidamente incorporada ao imaginário da cidade, elemento decisivo na composição de uma determinada "forma carioca de viver" e muitas vezes utilizado quase que como sinônimo designativo do morador da cidade - um morador construído imaginariamente, é verdade, mas nem por isso dotado de menos força ao ser introjetado no senso comum - o malandro é talvez algo mais do que apenas um personagem a alegrar o folclore carioca. Neste caso, ele talvez seja um habitante do mundo administrado² e como tal, um personagem criado por este mundo, mas simultaneamente capaz de apontar para suas possibilidades de ruptura. Se assim o for, seria conveniente retomarmos o malandro em seu começo: o Rio de Janeiro do início do século, seu processo de modernização urbana e a constituição do espaço de criação tanto histórico quanto político de nosso personagem.

Nas três últimas décadas do século XIX, a população do Rio de Janeiro mais que duplicou. Enquanto nos anos 70 era calculada em cerca de 266 mil habitantes, vinte anos depois saltou para cerca de 688 mil habitantes.³ É tanto à imigração externa - sobretudo de portugueses - quanto à imigração interna que se deve esta alteração quantitativa da população do Rio de Janeiro. Do ponto de vista dessa última - imigração interna - a abolição além de significar a possibilidade e o efetivo êxodo para a cidade, significou também a ampliação do contingente de força de trabalho livre em disputa por trabalho. Neste sentido, vale ressaltar que em 1890 quase um quinto da população - 100 mil pessoas - ou estava em ocupações mal remuneradas ou sem ocupação fixa; já em 1906 para uma população estimada em 811.265 habitantes⁴ havia um contingente de mais de 200 mil pessoas sem ocupação definida e cuja sobrevivência só era possível através de meios bastante criativos.

Assim, fazem parte desta população os vendedores ambulantes de guarda chuva, de peru, de leque, de "leite com a vaca na porta", da mesma forma que também procuram criar condições de sobrevivência os carregadores de água, prostitutas, floristas, bicheiros, desertores do Exército, da Marinha, recebedores de bonde, pagadores,

². O conceito é utilizado no sentido que lhe foi atribuído pela Escola de Frankfurt. Assim, para Adorno o mundo administrado tem como principal característica o fato de manter "a antiga opressão social só que agora tornada anônima". Neste sentido, o processo de administração da vida, se assenta sob dois grandes sistemas interligados: de um lado a consumação da alienação do homem face a sua atividade principal ou seja sua atividade na produção; de outro lado, a extensão do "tempo da alienação" ao espaço do não trabalho por intermédio da indústria cultural. A este respeito ver: ADORNO, Theodor W. *Capitalismo Tardio ou Sociedade Industrial*. In: COHN, G. (org.). *Theodor W. Adorno*. São Paulo, Ática, 1986. ADORNO, Theodor W. *A Indústria Cultural: O Esclarecimento como mistificação das massas*. In: ADORNO & HORKHEIMER. *Dialética do Esclarecimento*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1986.

³. CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987, p. 16-17.

⁴. VIANNA FILHO, O. Pesquisa. In: VIANNA FILHO, O. *Rasga Coração*. Rio de Janeiro, Serviço Nacional de Teatro, 1980, p. 150.

receptadores, ciganos, trapeiros e o capoeira, personagem típico do Rio de Janeiro nessa virada do século. Vendedores de toda ordem que se embolavam no centro da cidade em "quiosques que pululavam por todos os cantos - comércio de bebidas, gulodices e miudezas" - além de fedorentos estábulos que disputavam espaço com as casas residenciais nos melhores bairros da capital.⁵

Como se vê trata-se de uma população empenhada na luta pela sobrevivência, mas em franca desvantagem frente a um mundo que por estar em processo de modernização, de um lado necessita desqualificar qualquer atividade que não se enquadre nos moldes a serem impostos por este processo - a compra e a venda da força de trabalho. De outro lado, embora toda essa população se visse forçada a vender sua força de trabalho no mercado, não havia possibilidade de colocação para todos. Desta maneira, por não vender sua força de trabalho e por não possuir ocupação definida ou a possuir fora dos moldes da modernização, esta população tratou de trafegar pela vida da melhor maneira que podia. Neste caso, o malandro representa esta população em sua totalidade: todos aqueles que foram desqualificados, são por excelência malandros aos olhos do mundo administrado, vale dizer, se encontram em uma situação de "não-trabalho", de marginalidade - formam a chamada "classe perigosa" do Rio de Janeiro.

No entanto, o centro da cidade não era apenas o lugar por excelência da luta pela sobrevivência: os cortiços, áreas residenciais das classes trabalhadoras - empregada, subempregada ou desempregada - eram como "impingens no rosto da cidade". Em 1869, havia no Rio de Janeiro 642 cortiços num total de 9.671 quartos onde moravam 21.929 pessoas das quais 13.555 eram homens e 8.374 eram mulheres. Em 1888 aumentaram para 1.331, com 18.966 quartos habitados por 46.680 pessoas. Assim, na medida em que o saneamento básico - água encanada, esgoto - praticamente inexistia, era habitual a "utilização comunitária de tanques e latrinas e o fedor exalado pela merda acumulada nas fossas ou nos latões, o convívio promíscuo de pessoas e de animais nos mesmos espaços assustam..."⁶ a todos e em especial ao poder médico que vê os cortiços como cancros, tumores, antros de infecção e das moléstias contagiosas a serem extirpados para recuperação da saúde da cidade.

Porém, tais aglomerados não eram vistos somente como áreas ou focos de males que contagiavam os corpos. Para Aluizio de Azevedo, por exemplo também a alma era contaminada por esse lugar originário de "vícios e de defeitos de ordem moral", cada vez mais "acanhado", "torpe" e "abjeto", antros de perdição. Como se vê, tanto quanto a maioria das pessoas também Aluizio de Azevedo considerava o cortiço

"o verdadeiro tipo de estalagem fluminense, a legítima, a legendária; aquela em que há um samba e um rolo por noite; aquela em que se matam homens sem a polícia descobrir os assassinos; viveiro de larvas sensuais em que irmãos dormem misturados com as irmãs na mesma lama;

⁵. Idem. p. 139 e 149.

⁶. RAGO, Luzia Margareth. *Do Cabaré ao Lar: A Utopia da Cidade Disciplinar: Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985. p. 166.

paraíso de vermes, brejo de lodo quente e fumegante, donde brota a vida brutalmente, como de uma podridão!"

Tão legítimo quanto a estalagem carioca, seria o seu morador, o malandro, personagem típico do Rio de Janeiro. Nas fímbrias da modernização, o mundo administrado construiu um personagem, com elementos retirados de toda a população que ele representava. Assim, com a navalha no bolso, a ginga e o desafio, o malandro é o herdeiro do capoeira mas é também o seu avesso, tanto do ponto de vista político - malandro não garante eleição - quanto no fato de que a festa e o riso são de sua propriedade.

Vadio, orgulhoso do seu ócio, D. Juan do Rio antigo, o malandro resguarda o corpo para os prazeres do samba e do amor. Puxador de samba-canção, como a infinidade de vendedores da cidade, está em todos os lugares, desde que haja música, voz, entonação e gíria:

*"tudo aquilo que o malandro pronuncia
com voz macia
é brasileiro
já passou de portugueses".⁸*

Nesta ordem de coisas, não poderia faltar a este personagem mais uma característica, com certeza a mais importante aos olhos do mundo administrado. De fato, "Orgulhoso em ser vadio", o malandro é a imagem invertida do trabalho. Malicioso e irônico, é certo que o malandro debocha de si mesmo e da precariedade de sua vida, e por esta razão seu riso é maior porque simultaneamente denuncia a precariedade da vida do outro: o operário era otário não só porque dava duro no batente sem nenhuma compensação, mas também e principalmente porque dele o princípio do prazer passava longe -

*"Cheguei cansado do trabalho
logo a vizinha me chamou
Oh, Seu Oscar
Está fazendo meia hora
que sua mulher foi embora
e um bilhete lhe deixou...
o bilhete assim dizia
não posso mais
Eu quero é viver
na orgia..."⁹*

⁷. AZEVEDO, Aluizio. *O Cortiço*. São Paulo, Ática, 1976. p. 156.

⁸. ROSA, Noel. "Não tem tradução. *Feitiço Carioca*. (Continental, 101404322, lado A, faixa 3, 1987).

⁹. "Oh! Seu Oscar". s.n.t.

Mas havia quem também olhasse para o cortiço e para o malandro sob um ângulo decididamente político e por isso mesmo vendo ali algo de particularmente perigoso aos olhos do poder: "o socialismo destruidor e pernicioso para o progresso de uma nação, encontra nesses antros das grandes cidades uma atmosfera favorável para seu engrandecimento".¹⁰ Na verdade, esta não era uma opinião casual. Senão revolucionários, os cortiços eram com certeza revoltosos e resistentes. Não por acaso, Murilo de Carvalho, descreve-os como "uma pequena república com vida própria, leis próprias, detentora de inabalável lealdade de seus cidadãos", que à menor ameaça externa, sobretudo da polícia, resistiam na defesa de sua soberania.¹¹

De fato, para Nicolau Sevckenko, era essa "população miúda e turbulenta", quem controlava efetivamente o centro da cidade; por estar aí concentrada, mas ao mesmo tempo, dispersa pelas inúmeras ruelas, becos e ocupando casarões subdivididos em inúmeros quartículos, conseguia se manter "arredia ao zelo onividente da polícia e sentia mais claramente a força temível que representava, como um volume transbordando de um espaço tão escasso".¹²

Diante deste quadro, parece evidente que, do ponto de vista das autoridades, alguma coisa deveria ser feita; de um lado, porque o Rio estava infestado de doenças como por exemplo a febre amarela, a varíola e a peste. De outro lado, porque também se fazia urgente a retomada do controle político do centro da cidade, através da redivisão e redistribuição espacial da população.

Assim, durante o século XIX, da ótica do poder médico a preocupação dos higienistas estava concentrada na vinculação entre as doenças e os odores fétidos da água estagnada, do lixo e da terra, o que recomendava um tipo específico de ação higienizadora. Todavia, em que pesem as descobertas de Pasteur e Koch, ainda nos fins do século XIX esta vinculação continua, com a diferença de que agora, o poder médico vincula as doenças aos "odores da miséria". Desta forma, este poder não só reafirmava a idéia comum existente que associava o pobre aos elementos pútridos e aos detritos, como também e principalmente recomendava ao poder público e empresarial uma ação severa sobre a população pobre do Rio de Janeiro, ação esta que tem seu ponto alto no projeto de reforma urbana e na proposta de vacinação obrigatória. Ao fazer isto, o poder médico confere racionalidade e justificativa a esta ação; de um lado, eliminando os possíveis obstáculos ideológicos à destruição dos cortiços, estalagens e bordéis, bem como o desalojamento dos moradores dos casarões, garantindo em suma, a expulsão da zona central do Rio, de toda população pobre e retirando dela o controle sobre esta região. De outro lado, construindo um discurso justificador da interferência do Poder nos mínimos detalhes da vida cotidiana desta população.

Desta forma, a destruição do mais famoso cortiço da cidade - o "Cabeça de Porco" em Botafogo - com mais de 400 casas "numa autêntica operação militar por ordem do republicano histórico Barata Ribeiro",¹³ prenuncia a dimensão da reforma urbana do

¹⁰. RAGO, Lúzia Margareth, op. cit. p. 164.

¹¹. CARVALHO, José Murilo de. op. cit. p. 39.

¹². SEVCENKO, Nicolau. *A Revolta da Vacina: Mentis Insanas em Corpos Rebeldes*. São Paulo, Brasiliense, s/d. p. 59.

¹³. CARVALHO, José Murilo. Op. cit. p. 39.

engenheiro Pereira Passos, uma reforma conduzida quase nos moldes de uma "haussmannização" tupiniquim!¹⁴ Assessorado pelo Dr. Oswaldo Cruz, Paulo Frontin e Francisco Bicalho, Pereira Passos demole antigos quarteirões, becos, ruelas escuras alargando as ruas e abrindo novas avenidas como a Avenida Central e a Beira-Mar, além de desenvolver tanto os serviços de melhoramento do Porto quanto as campanhas de saneamento. Somente no ano de 1905 e na construção da Avenida Central, a administração municipal e da Saúde Pública demoliu aproximadamente "seiscentas habitações coletivas e setecentas casas privando de teto pelo menos quatorze mil pessoas". Outras tantas foram desalojadas com outras construções e com a especulação do solo consequência dos melhoramentos introduzidos - iluminação elétrica, calçamento e rede de esgoto.¹⁵

Esse processo de reforma urbana foi recebido com grande entusiasmo pelos seus beneficiários; não por acaso a imprensa conservadora o denominou de "A Regeneração". De fato, o Rio estava como que sendo novamente gerado. Aquele "Rio que cheirava a urina de cavalo e a fígado frito"¹⁶ foi sendo desodorizado: um espaço amplo, controlado e elegante emerge das demolições e dos desalojamentos; outras pessoas circulam com mais segurança e conforto pela cidade, "regenerada" pela evacuação do lixo e dos pobres para longe dos espaços agora tornados "refinados".

Desta maneira, a reforma redefiniu a distribuição da população pelo espaço urbano e neste sentido, forçou o povoamento dos morros, mangues e da periferia do Rio nos mesmos moldes dos cortiços, dos casarões e das inúmeras estalagens. Nenhuma voz se levanta; nem mesmo a dos anarquistas. Conforme afirma Murilo de Carvalho ao estudar a relação entre a revolta da Vacina e a reforma, ao contrário da primeira, esta última "não aparece como objeto da ira popular". Talvez que as obras, consideradas pelos anarquistas como "melhoramento material de incontestável valor", tenham deveras ofuscado qualquer possibilidade de reação!¹⁷

Talvez então, da resistência só tenha restado, casualmente, o registro na lembrança da transferência das prostitutas para o Mangue, onde no começo tudo era festa:

"Grandes grupos de choro apareciam lá, nos numerosos cafés da Rua Laura de Araújo. Mas a alegria do desafogo não durou muito. Vieram as restrições policiais. Os choros desapareceram. A tristeza infiltrou-se com o bandolim dos cegos. E, afinal, o golpe de misericórdia, o fechamento dos

¹⁴. Trata-se no caso de uma tentativa de aproximação teórica com o processo de Haussmannização analisado por Benjamin que desfigura a velha Paris e faz os cidadãos sentirem-se alienados em sua cidade. O pretexto para a reconstrução de Paris sob a direção de Haussmann era a modernização da cidade. Na verdade seu objetivo imediato era "facilitar o transporte das tropas, das casernas aos bairros populares, e impedir pela largura das avenidas, a construção de barricadas. Todavia, Benjamin vai mais longe ao analisar Haussmann enquanto alegoria: 'Até Haussmann o crescimento de Paris obedecia a leis que eram legíveis nos fatos da história e na figura do solo... Antes de Haussmann, Paris era um conglomerado de bairros distintos e no entanto ligados uns aos outros por uma série de matizes e transições... É o que está sendo anulado... Abrindo-se por toda a parte a mesma via geométrica e retilínea, que prolonga numa vasta perspectiva suas fileiras de casas sempre as mesmas...' Haussmann corta as ligações tradicionais e cria novas ligações, assim como corta e refaz as segmentações produzidas pela história". A este respeito ver: ROUANET, P. S. *As Razões do Iluminismo*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987. p. 89-90.

¹⁵. SEVCENKO, N. op. cit. p. 64.

¹⁶. VIANA FILHO, O. op. cit. p. 140.

¹⁷. CARVALHO, J. M. op. cit. p. 129/30.

prostíbulos, a dispersão das mulheres, com alguns suicídios patéticos a veneno ou a fogo".¹⁸

Se para a imensa maioria da população pobre restava apenas subir o morro e aí construir sua moradia, para a classe operária ambicionava-se uma situação diferente, pelo menos a nível de projeto. A habitação do pobre vista como "imunda e insalubre", como foco originário de doenças, de degradação moral e de revolta política, incapaz de reter em seu interior seus moradores, precisava de ser transformada: o grande desejo dos empresários era a fabricação de indivíduos produtivos e submissos e neste sentido, a construção de vilas operárias despontava como a possibilidade de "realização da utopia burguesa de fabricação da classe trabalhadora desejada". Isto porque, "muito mais que uma maneira de morar, as vilas representavam a vontade de impor sutilmente um estilo de vida".¹⁹ Autosuficientes - possuíam armazém, farmácias, teatro, escola, creche, bar, campo de futebol, etc. - e repressivas, algumas delas cercadas com arame, dispendo de guarita com uma guarda para a revista dos visitantes, com toque de recolher e regulamentos, as vilas operárias possibilitavam a vigilância minuciosa da vida dos trabalhadores, quer de forma ostensiva como a citada acima, quer de modo difuso, inclusive através dos próprios trabalhadores: "Todos se conhecem, dos proprietários aos vizinhos, e se observam, se espiam, se controlam"; tudo é motivo de observação e de concorrência, desde a limpeza da casa ou a beleza do jardim até "quem casa ou 'se perde' com quem".²⁰

Porém, embora fossem vistas pelo empresariado como a solução ideal para a habitação popular, as vilas operárias atingiram um número reduzido de trabalhadores; por este motivo, ainda na década de trinta, as condições de habitação dos trabalhadores, continuam como fonte de preocupação das elites, continuam sendo vistas como fonte de degeneração. Persiste o desejo de esvaziar as ruas "das hordas barulhentas de bárbaros, concentrá-los dentro das casas junto das mulheres, das crianças e dos velhos, sequestrar os improdutivos na casa e internar os produtores na produção".²¹

Parece razoável supor então que do ponto de vista das elites a reforma urbana tinha como objetivo político final segregar as diferentes camadas sociais em espaços distintos, garantindo às elites o controle político da cidade e das pessoas. Da mesma forma, a idéia de implantação das vilas operárias buscou reforçar este objetivo. Neste caso porém o alcance foi menor, uma vez que na prática elas atingiram um número reduzido de trabalhadores que só com a reforma foram efetivamente empurrados para os morros e para a periferia da cidade.

O curioso entretanto, é o fato de que a reforma urbana a pretexto de erigir obras "de incontestável valor" ofuscou com seu brilho as possibilidades de resistência à ela. Seria então o caso de nos perguntarmos se diante desse processo, o malandro como os cortiços, desapareceu de vez. Na realidade, a voz que ensina a sobreviver numa ordem social restrita só pode desaparecer se esta ordem deixar de ser restrita, o que

18. VIANA FILHO, O. op. cit. p. 145.

19. RAGO, Luzia Margareth, op. cit. p. 1-7.

20. Idem. p. 183.

21. Idem. p. 196.

evidentemente não é o caso da nossa República. Sendo assim, se examinarmos este período no seu conjunto, é possível perceber que resistência houve e em larga escala, só que, como constata Murilo de Carvalho, ela passava "ao largo do mundo oficial da política".²²

De fato, como observa este autor, se por um lado, o comportamento das camadas populares não condizia com as formas de participação política definidas pelas elites, sejam elas burguesa ou operária - o modelo de um cidadão consciente de seus deveres e direitos e que luta pela defesa de seus interesses; por outro lado não se pode afirmar que esta população fosse incapaz de se organizar e que fosse politicamente passiva. O problema no caso, é encontrar os elementos que permitam perceber este comportamento que foge de forma tão radical à possibilidade de análise através dos métodos tradicionais da política.

Neste sentido, um primeiro conjunto de elementos pode ser percebido através da utilização do riso como atitude política, vale dizer, como a expressão da ausência de medo e de intimidação face ao poder, expressando igualmente e como consequência, a possibilidade de desmoralização do poder ou da autoridade.²³ Desta forma, e enquanto um personagem do mundo do riso é que se constrói a figura política do bilontra.²⁴ Espertalhão, velhaco, gozador e trapaceiro, o bilontra com seu comportamento, desmascara a aparente seriedade que recobria o exercício da política formal, tanto mais aparente porque, na realidade a República consistia em um jogo de espelhos no qual a política legitimava um ordenamento que não se realizava no cotidiano dos cidadãos.²⁵ Dentro deste quadro, o que o bilontra demonstrava com rara eficácia em seu comportamento era a inutilidade de participar de um espaço político que na verdade simplesmente não se realizava como tal. Ao recusar este espaço, ele se faz ausente desta política ao mesmo tempo em que a desmascara por intermédio de uma arma irresistível - o riso, que se espraia sorratamente e atravança o poder a partir de sua desmoralização. Desta forma, debochava-se da lei que não era pra valer; assim avisava por exemplo Sinhô a toda a população do Rio, diante da proibição do jogo

"O chefe da Polícia
Pelo telefone
Manda avisar
Que na Carioca

22. CARVALHO, J. M. op. cit. p. 38.

23. A este respeito ver: BAKHTIN, M. A *Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: O Contexto de François Rabelais*. São Paulo, Hucitec/UNB, 1987. cap. 1.

24. Historicamente, o Bilontra é um personagem em uma revista escrita em 1886 por Arthur Azevedo. No nosso caso, inserido no mundo do riso tal como Bakhtin o percebe, o Bilontra deixa de ser personagem de literatura para se transformar em personagem da política.

25. Assim, e por exemplo, em que pese seu discurso pseudo-popular, a República mantém no dia-a-dia, sua prevenção contra pobres e negros, manifesta na perseguição aos capoeiras, bicheiros e na destruição do cortiço "Cabeça-de-Porco". De forma semelhante, o direito de voto era algo no mínimo - digamos assim - relativo: a Lei Orgânica do Distrito Federal previa a eleição dos intendentes pelo voto popular, mas o cargo de prefeito onde concretamente se enfeixava o poder municipal, resultava de nomeação direta do Presidente da República. Desta maneira e até 1930, o Rio foi governado por interventores - prefeitos nomeados à revelia da população. Na realidade, este é um exemplo simples do que ocorria a nível da representação política: de um lado, o número de eleitores era mantido em níveis baixíssimos; de outro lado, o processo eleitoral era falseado pela repressão, pela intimidação e pela fraude. No Rio de Janeiro no início da República - como de resto em todo o país - votar, além de inútil, era muito perigoso. A esse respeito, ver por exemplo: CARVALHO, J. J. op. cit.

De fato, nada do que ocorria dentro do espaço da política formal, escapava ao riso do bilontra nem mesmo as medidas de combate às epidemias que assolavam o Rio. Neste caso, sequer o mosquito escapou. Irônico, o bilontra tratou de alertar a população sobre os cuidados a serem tomados para exterminação definitiva do mosquito: "O mosquito a exterminar não é qualquer tipo de mosquito. Repare bem se ele tem a barriga branca e duas meias luas prateadas no pescoço".²⁷ Como se sabe, boa parte desta ironia, voltou-se contra Oswaldo Cruz, talvez como uma reação possível utilizada pelo bilontra diante da articulação entre o poder médico e o poder das elites: "Cristo carregou sua cruz até o calvário; Rodrigues Alves carregou o seu Cruz, até o povo".²⁸

Um segundo conjunto de elementos para se entender este comportamento político distante de qualquer dos modelos tradicionais, pode ser também percebido na articulação do riso com a festa. Assim, e como já foi visto acima, o bilontra aparece de início como o desorganizador do formal, a possibilidade de introdução da desordem no mundo administrado. No entanto, sua ação não se reduz a isto. Embora tenham fracassado sistematicamente as tentativas de mobilização e organização da população do Rio nos marcos institucionais conhecidos de ação política, coisa bem diferente seria considerar que por este motivo, sua ação se esgotaria na negação da política formal. A rigor, o que o bilontra faz é se organizar em outra esfera; seu problema no caso é que esta em geral não é considerada uma esfera da vida política.

De fato, a mesma população que de um lado - no plano do formal - simplesmente não se enquadrava politicamente, de outro lado, demonstrava grande capacidade de organização e mobilização, iniciativa e decisão "em assuntos, em ocasiões e em métodos".²⁹ De pronto, o método fica evidente na organização dos cortiços - as "repúblicas dentro da República"; os assuntos, no samba, da Praça Onze até o bairro da Saúde, reduto de "Tia Ciata" e as ocasiões, certamente a da Revolta da Vacina, mas também - e sobretudo - das festas. Nestas, são famosas as festas religiosas da Glória e da Penha, frequentadas por milhares de pessoas - o que é claro, supõem uma organização - e no caso desta última, literalmente arrebatada pelos negros do controle português - o que, por sua vez, supõe uma ação.

Na realidade, as festas supunham muito mais que isto. A rigor, consistiam em ritos e espetáculos distintos das comemorações religiosas formais por apresentarem uma visão própria do mundo e das relações humanas, não oficial e deliberadamente externa à Igreja ou ao Estado. O traço distintivo desta festa é o fato de ser popular - vale dizer, não-oficial - e expressar em seu conteúdo o riso, não como humor negativo que se coloca fora do objeto e se opõe a ele, mas sim como o riso popular festivo, "dirigido

26. SANTOS, Ernesto dos & ALMEIDA, Mauro de. Pelo Telefone. *Donga e os Primitivos*. Rio de Janeiro, Abril Cultural, 1978. Vale a pena ressaltar que a respeito deste samba correm várias histórias, uma delas dando conta da existência de versões distintas da letra que evidentemente não foram gravadas.

27. VIANA FILHO, O. op. cit. p. 259.

28. Idem, ibidem.

29. CARVALHO, J. M. op. cit. p. 141.

contra toda superioridade mantendo viva a burla ritual da divindade".³⁰ Desta forma, na festa da Penha, por exemplo, milhares de pessoas após subirem o outeiro, "organizavam imensos piqueniques... a festa evoluiu para grandes bebedeiras, uma orgia campestre na expressão de Raul Pompéia com muita música, misturando-se ritmos brasileiros, portugueses e africanos".³¹ Ao contrário destas festas, a festa oficial tende a consagrar a estabilidade, a imutabilidade e a perenidade das regras que regem o mundo: hierarquias, valores, normas, tabus religiosos, políticos e morais correntes. A festa oficial é o triunfo da verdade pré-fabricada, vitoriosa e dominante e por este motivo o seu tom só pode ser o da seriedade sem falha e o riso lhe é estranho. O curioso no caso, é que como o riso é *indestrutível*, o poder terá de tolerá-lo, e por vezes, como ocorria nas festas da Penha e da Glória, legalizá-lo parcialmente concedendo-lhe um lugar na praça pública.

Sendo assim, aceitar o convite do bilontra e participar da sua festa significa em princípio aceitar o convite à transgressão, à proposta desorganizadora do formal. No entanto, para que esta festa não se esgote em si mesma, vale dizer, não se esgote em um conceito de desordem - que impõe ao formal - e em um conceito de ordem - que garante sua realização enquanto festa - é preciso que ela se torne mais ampla e mais universal. A rigor, é preciso que ela desague no carnaval, uma outra festa, esta sim universal, porque se situa na fronteira entre a arte e a vida. A bem da verdade, diria Bakhtin, o carnaval é a própria vida que é apresentada com os elementos da representação.³²

Convenhamos que esta é, sem dúvida, como diria o poeta, "uma festa imodesta". Por meio dela o mundo cotidiano é suspenso, e por detrás dele abre-se o mundo das dimensões possíveis, capaz de atingir aquilo que é "extremamente universal e universalmente humano".³³ Como se vê não se trata de olhar para as dimensões parcialmente legalizadas e institucionalizadas do carnaval mas de enxergar aquilo que Bakhtin denominou como uma "cosmovisão carnavalesca", suficientemente ampla tanto em termos espaciais quanto temporais porque seu modo particular de existência é o de se constituir "na segunda vida do povo" baseado no princípio do riso. O carnaval é, nesta perspectiva, a vida festiva do povo.³⁴

No caso do carnaval do Rio de Janeiro há uma interessante coincidência entre ele e os princípios políticos que regem a cosmovisão carnavalesca. Neste sentido, nós o sabemos, a linguagem por excelência do carnaval é a música. Porém o que tornaria

30. Sobre esta concepção específica de festa ver: BAKHTIN, M. op. cit. p. 10-11.

31. CARVALHO, J. M. op. cit. p. 141-2.

32. Sobre a articulação do riso com a festa desaguando na cosmovisão carnavalesca ver especialmente: BAKHTIN, M. op. cit. Problemas da Poética de Dostoiévski. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1981. p. 92 ss.

33. BAKHTIN, M. Problemas. op. cit. p. 154. Em geral Bakhtin trabalha sua noção de história articulada a uma concepção de "planos das imagens". Assim, o primeiro plano de todas as imagens "é o mundo dos lugares habitados, familiares, pessoas vivas e conhecidas, objetos vistos e apalpadados". São na realidade, imagens pessoalmente vistas e historicamente únicas. Por detrás delas abre-se um segundo plano, igualmente concreto e histórico, cuja compreensão é capaz de iluminar toda uma época ou um período histórico. Por fim, Bakhtin descortina um terceiro e último plano, capaz de revelar o sentido mais profundo do processo histórico, franqueando amplamente as fronteiras espaço-temporais; é o "cenário dos mistérios", aquilo que Bakhtin chamou por "extremamente universal e universalmente humano", para além de um tempo cronológico ou de um tempo histórico dado. Ver também: A Cultura Popular... cf. cap. 7.

34. Idem, ibidem.

esta linguagem interessante aos olhos de Bakhtin, é o fato de que nela multiplicam-se diferentes vozes em absoluto pé de igualdade entre si:³⁵ quadrilhas, valsas, xotes, habaneras, polcas, maxixes, estão na origem do carnaval carioca. Mesmo quando o samba puxado pelos cordões do final do século passado, avisava à população:

"Oh, abre alas que eu quero passar",³⁶

sua principal característica continuava sendo a de expressar os diferentes ritmos, agora melodicamente contaminados e que lhe serviram de origem. Mais do que isto, a linguagem do carnaval é em princípio a linguagem de todos os ritmos; a rigor, todo e qualquer ritmo ecoa independente no espaço do carnaval, como que estabelecendo um diálogo em pé de igualdade com os demais. Dito de outra maneira, diante do carnaval é impossível uma audição unitária, como é impossível dissolver em seu interior os múltiplos ritmos que o constituem, hierarquizando-os, discriminando-os ou superpondo uns aos outros. Como se vê, trata-se de uma linguagem de fronteiras imprecisas, capaz de expressar a primeira das características da cosmovisão carnavalesca: a quebra dos privilégios e das relações hierárquicas. Na verdade, de qualquer ângulo que se olha para o carnaval carioca é possível identificar essa quebra em toda sua profundidade: Maria Candelária, alta funcionária, debocha das autoridades e do Estado do meio dia às cinco da tarde, *"trabalhando de fazer dó"*; Chiquita Bacana, por sua vez, despe-se dos valores e da verdade dominante para ir mais longe. De um lado, revira o mundo de cabeça para baixo, transformando o *"inverno em verão"*; de outro lado, ultrapassa o marco da desorganização do formal, resgatando o princípio do prazer em sua concepção de mundo. Afinal, e como todo mundo sabe, ela só faz *"o que manda o seu coração"*.

Todavia, nós também sabemos que o carnaval carioca é presidido por um deus próprio, irresponsável e gozador, protetor da burla e da contravenção, cuja principal missão é a de desmascarar os deuses e os homens. Como se vê, não há hierarquia que resista a este deus; tampouco não há poder que se mantenha ou verdade que se constitua como dominante face a ele. Desta maneira, aquilo que Murilo de Carvalho chamou por *"carnavalização do poder"* como marca do Rio de Janeiro, consiste na verdade em um outro princípio da cosmovisão carnavalesca: a noção de relatividade do poder existente e da verdade dominante. Trata-se de uma noção abrangente porque implica no princípio da troca do corpo e da renovação. Neste caso, não são apenas os *"Clóvis"* que alteram a ordem dos subúrbios, mas toda e qualquer imagem carnavalesca: Dominós, Colombinas, Pierrôs, todas as máscaras que são a essência do carnaval e que reúnem os dois pólos do processo de formação da vida: nascimento/morte, mocidade/velhice, afirmação/negação. Na praça do carnaval, os homens se travestem, trocam de corpo e se mascaram, renovando seu próprio rosto. Neste processo, os contrários se encontram e se refletem; tudo aquilo que está separado ou distante é aproximado em um ponto de suspensão espaço-temporal:

*"Amanhã tudo volta ao normal
deixa a festa acabar*

35. O que aproximaria esta linguagem ao conceito de polifonia em Bakhtin. idem, cap. 1.

36. GONZAGA, Chiquinha. Abre Alas. S.N.T.

*deixa o barco correr
deixa o dia raiar
que hoje eu sou
da maneira que você me quer
o que você pedir
eu lhe dou
seja você quem for
seja o que Deus quiser".³⁷*

Mas se as leis que regem o carnaval são as leis da liberdade (a quebra da noção de poder, de verdade e de hierarquia), o riso é o princípio que o constitui. Não se trata do riso como reação individual a um fato cômico isolado, mas do riso geral que atinge a todas as coisas e pessoas, envolvendo-as em seu relativismo. No carnaval, uma qualidade importante do riso é a de que escarnece dos seus próprios burladores:

*"Se a guerra for declarada
Em pleno domingo de carnaval
Verás que um filho não foge à luta
Brasil, recruta
O teu pessoal,...
Vai ter batalha de bombardino
A Colombina na Cruz Vermelha
Vai ter centelha na batucada
Rajada de tamborim
A Melindrosa mandando bala
O Mestre-Sala curvando a Europa
A tropa do General da Banda
Dançando o samba em Berlim".³⁸*

Todavia, é o caso de se perguntar se o limite político do carnaval não está no fato de que ele aponta sempre para o triunfo de uma liberação temporária, ao fim da qual, o mundo administrado retoma seus *"direitos"* sobre o cotidiano:

*"E um dia afinal
Tinhام direito a uma alegria fugaz
Uma ofegante epidemia
Que se chamava carnaval".³⁹*

De fato, o carnaval impõe esta fugacidade. No entanto, ela deve ser examinada sob dois ângulos: de um lado, face à hostilidade da cosmovisão carnavalesca diante de qualquer desfecho definitivo, diante do fato de que todo fim é apenas um novo começo

37. HOLANDA, Chico Buarque de. "A Noite dos Mascarados". *Chico Buarque & Maria Bethânia ao vivo*. (Philips, 6349146, lado 2, faixa 8, 1975).

38. HOLANDA, Chico Buarque de. "Rio 42". *Malandro*. (Barclay, 826 549-1, lado 2, faixa 5, 1985).

39. HOI ANDA, Chico Buarque de & HIME, Francis. "Vai Passar". *Chico Buarque*. (Barclay, 825161-1, lado B, faixa 5, 1984).

onde as imagens carnavalescas renascem a cada instante como possibilidade de transgressão face ao mundo administrado, nem que seja apenas no samba popular "que vai passar". De outro lado, o fato de que o carnaval é uma visão de mundo oposta a toda idéia de acabamento e de imutabilidade, da qual não escapa a própria política. Neste caso, o outro caminho através do qual o carnaval "passa" na avenida do mundo administrado é através da carnavalização da política, vale dizer, através de uma outra concepção de política que expresse o avesso dos métodos tradicionais da política: uma outra concepção de ação política, de poder e de cidadania.

Desta forma, a política carnavalizada possui um traço definidor que a distingue radicalmente das diversas concepções tradicionais da política: ela abre a possibilidade de reconciliação entre o princípio do prazer e o princípio da realidade, construindo um espaço de realização humana que uma vez ampliado é capaz de destruir o próprio mundo administrado. Para tanto, a política se carnavaliza em diferentes dimensões. Neste caso, não há mais um lugar pré-determinado para ela - em princípio, todos os espaços do mundo administrado tornam-se lugares para o exercício da política. No Rio de Janeiro como já foi dito, o bilontra evidencia bem uma destas dimensões - a desorganização do formal - ao mesmo tempo em que aponta para um campo de reflexão mais amplo: o da necessidade de um outro conceito de cidadania que no entanto, e curiosamente, é tão antigo quanto a própria política.

Assim, já dizia Maquiavel⁴⁰ não há como esconder o fato de que no mundo da política os homens não são apenas iguais mas fundamentalmente são iguais e diferentes. No caso da política, ou bem ela se torna capaz de expressar esta dupla face, ou bem ela se torna a voz do idêntico, silenciando no seu eco toda a diferença. Daí, nós o sabemos, a importância que Maquiavel atribui à permanência do conflito, a manutenção de um espaço político capaz de validar a diferença e neste movimento, garantir a contínua renovação da ordem política. Neste caso, o cidadão ambicionado por Maquiavel é por definição aquele que guarda a liberdade vale dizer que guarda a possibilidade de manifestação da diferença - ele é no final das contas, o guardião do conflito.

Em princípio, e ao menos neste caso, Thoreau⁴¹ não teria muitas razões para discordar da lógica maquiaveliana. Seu cidadão, sempre ouviu um tambor diferente, sempre marchou conforme o ritmo de sua própria música, sempre apontou para a diferença. Sendo assim, e face a uma situação em que a diferença seja anulada em nome do idêntico, ao cidadão de Thoreau só resta a rebelião como alternativa política legítima. Que esta seja uma alternativa de muitos ou iniciada por poucos é na verdade um falso problema:

"Uma minoria só é impotente quando se amolda à maioria; não é então nem mesmo uma minoria. É irresistível porém quando atravança com seu peso total".

Guardar a rebelião como direito do cidadão de Thoreau, equivale a guardar o conflito como o faz o cidadão maquiaveliano. Separados por séculos e cada um a sua moda

⁴⁰ Para o nosso caso, a construção da idéia de cidadania em Maquiavel seria resultante da possibilidade de aproximação teórica de três temas: o tema da diferença, do conflito e da liberdade. A este respeito ver: MAQUIAVEL, Nicolau. *Comentários sobre a Primeira Década de Títo Livio*. 2ª ed. Brasília, ed. UNB, 1978.

⁴¹ THOREAU, Henry D. "A Desobediência Civil. In: THOREAU, Henry D. *Walden ou A Vida nos Bosques*. 4ª ed. São Paulo, Global, 1984.

tanto Maquiavel quanto Thoreau evidenciam a possibilidade de uma outra cidadania, talvez um tanto estranha ou mesmo inusitada, aos olhos do mundo administrado para quem o cidadão é antes de tudo o igual. Na verdade, não é; aos olhos de Maquiavel e de Thoreau ele é antes de mais nada, diferente.

Em certa medida e dentro de suas possibilidades, este conceito de cidadania foi expresso na Revolta da Vacina "quando os cidadãos desrespeitados acertaram suas contas com o governo".⁴² Neste episódio, não é mais o riso do bilontra que atravança o poder, mas a própria revolta que irrompe na política e evidencia como queria Thoreau a existência de

*Cidadãos
Inteiramente loucos
Com carradas de razão
À sua maneira
De calção
Com bandeiras sem explicação
Carreiras de paixão danada*⁴³

Convenhamos que na perspectiva do mundo administrado, é impensável a existência de alguém que seja cidadão, e ao mesmo tempo, movido por "carreiras de paixão danada", quando nada porque o espaço da cidadania é o espaço da política e este no mundo administrado é definido pela racionalidade. Na verdade é necessário que assim seja; separadas, razão e paixão cumprem no mundo administrado, tarefas distintas. A primeira, organiza-o, dotando-o de racionalidade estratégica; a segunda, transmutada em interesse sustenta sua ilusão de vida.

De fato há que se temer a paixão; inteiramente louco e apaixonado, o cidadão "sem eira nem beira", cantado por Chico, coloca o mundo administrado face a possibilidade de sua ruptura. Tal como o cidadão de Chico, o malandro representa esta possibilidade porque encarna, enquanto personagem, toda uma população tanto mais marginal, tanto mais perigosa diante do mundo administrado.

Em princípio, nós o sabemos, não existem mais malandros: Lord Bundinha com toda sua prosopopéia é apenas um personagem de teatro e de Madame Satã só restaram os arcos da Lapa. Não por acaso, ao enveredar pela malandragem o poeta fez uma viagem perdida:

*"Eu fui à Lapa
E perdi a viagem
que aquela tal malandragem
não existe mais"*⁴⁴

⁴² CARVALHO, J. M. op. cit. p. 139.

⁴³ HOLANDA, F. B. Estação Derradeira, *Francisco*. (R.C.A., 1400001, lado A, faixa 4, 1987).

⁴⁴ HOLANDA, F. B. "Homenagem ao Malandro". *Ópera do Malandro*. (Philips, 6349401, 1979).

No mundo dos lugares habitados, de pessoas vivas e conhecidas, a única malandragem que restou, diria o próprio poeta, é aquela da qual é capaz o mundo administrado:

*"Agora já não é normal
o que dá de malandro
regular, profissional...
malandro candidato
a malandro federal
malandro com retrato
na coluna social
malandro com contrato
com gravata e capital
que nunca se dá mal".⁴⁵*

Como se vê, enquanto personagem da política, o malandro está para além de seu tempo cronológico. Depositário do riso como conteúdo de sua ação; organizador da festa na vida cotidiana e seu anfitrião na praça pública, o malandro salta, de seu tempo histórico para entrar no tempo da política. Neste caso, ele expressa um conceito antigo de ação política - ele é uma possibilidade de virtú.

Tal como entendia Maquiavel,⁴⁶ a virtú resulta de uma determinação da vontade humana, uma vontade infinitamente obstinada de ser político, talvez a maior das paixões do homem. Simultaneamente, a virtú é também a organização desta vontade, a possibilidade de ação, a condição do homem vislumbrar o destino e nele intervir, construindo alternativas de vida face as possibilidades que lhe são oferecidas. A rigor, não há mundo administrado que resista à virtú dado que ela é sempre a condição de transgressão que revela uma outra armação de mundo.

Certamente Maquiavel conhecia este malandro; conhecia tanto que o tornou personagem de uma de suas peças, encarregando-o de uma tarefa delicada. De um lado, expor aos expectadores os diferentes ingredientes da ação política - vontade, organização da vontade e porque não, o riso e a festa. De outro lado, é este malandro quem se encarrega de persuadir seus expectadores dos limites da estratégia racional, quem desmonta a ação racional, pretensamente onipotente que transforma paixão em interesse. No que se refere à peça em questão, dela falaria melhor o próprio Maquiavel:

*"A comédia Mandrágora se chama;...
Não é obra de autor de muita fama;
Seu vinho bebereis,
Se nada achardes nela de engraçado...
Se a fábula presente desmerece,
Por ser muito leviana,
Do que almeja que o cuidem sábio e grave,
Perdão vos pede quem assim se esquece*

⁴⁵. Idem, ibidem.

⁴⁶. Sobre o conceito de virtú em Maquiavel ver por exemplo: MAQUIAVEL, N. O Príncipe. In: MAQUIAVEL, Nicolau. A Arte da Guerra. 2ª ed. Brasília, UnB, 1982. POCOCK, J. G. A. *The Machiavellian Moment*. Princeton, Princeton University Press, 1976. DUVERNOY, J. F. *Para conhecer o Pensamento de Maquiavel*. Porto Alegre, L&PM, 1974. STARLING, Heloisa M. M. "O Problema de Alice". *Dados*. IUPERJ, vol. 31, n. 1, 1988:35-84.

*Do ruim tempo a que engana
Com idéias vãs que o tornam mais suave"⁴⁷*

Todavia e seja como for, talvez por todos estes motivos, Maquiavel não discordaria do título dado ao malandro pelo Poeta. Como homem de virtú não há porque negar-lhe a condição de Barão da Ralé.

⁴⁷. MAQUIAVEL, Nicolau. *A Mandrágora*. São Paulo, Brasiliense, 1987.

Universidade Federal
de Minas Gerais
Faculdade de Filosofia
e Ciências Humanas
Departamento de História
e Ciência Política
Av. Antônio Carlos 6627
Caixa Postal - 253
CEP - 31270
Belo Horizonte, MG

